

Eduardo Oliveira Marques, Luís Miguel Luz Almeida Reis, Manuel Santos Espada, Maria Graça Lopes Carvalho Reis, Maria Manuel Pereira Pires, Maria Teresa Bicker Oliveira Ferreira, Micael Oliveira Moutinho, Nuno Miguel Lourenço Martins, Paula Cristina Marques Reis Almeida, Paula Santos Pinheiro Gouveia, Paulo Alexandre Branco Teles, Pedro António Simões Girão e Vasco Alexandre Gonçalves Policarpo, para a carreira de Técnico Superior, categoria de Técnico Superior, para a 2.ª posição remuneratória e no 15.º nível remuneratório, a que corresponde a remuneração mensal de 1.201,48 euros.

Vera Lúcia Fraga Gomes Carvalho, para a Carreira de Informática, categoria de Técnico de Informática nível 2 Grau 1, posicionada entre o 13.º e o 14.º nível remuneratório, a que corresponde a remuneração base mensal de 1.139,69 €.

Adélia Maria Caetano Faustino, Américo Dias Mateus, Ana Carla Costa Soares Gomes, Ana Patrícia Rodrigues Mesquita Guerra Camacho, Anabela Varandas Marques, Célia Cristina Rodrigues Tomás Maia, Fátima Eneia Sousa Martins Eusébio, Isabel Maria Mendes Francisco Antunes, Maria Elisabete Pinho Lopes Navalhinhas, Maria Luísa Sales Caldeira Lopes, Paula Cristina Salgueiro Silva Rodrigues, Paula Maria Carvalho Duarte Dias e Rosa Maria Romão Figueira Cunha, para a carreira de Assistente Técnico, categoria de Coordenador Técnico, para a 1.ª posição remuneratória e no 14.º nível remuneratório, a que corresponde a remuneração mensal de 1.149,99 euros.

José Carlos Rosa Carvalho, para a carreira de Assistente Técnico, categoria de Assistente Técnico, para a 5.ª posição remuneratória e no 10.º nível remuneratório, a que corresponde a remuneração mensal de 944,02 euros.

Elisabete Ferreira Ramalheite Plácido e Vitorino Gomes Rocha Pinto, para a carreira de Assistente Técnico, categoria de Assistente Técnico, para a 3.ª posição remuneratória e no 8.º nível remuneratório, a que corresponde a remuneração mensal de 837,60 euros.

Ana Lúcia Madureira Duro, Cidália Clemente Ricardo Nunes, Elsa Margarida Silva Amado, João Carlos Antunes Matos Viegas, Maria Assunção Dionísia Paiva Canelas, Maria João Abrantes Simões, Paula Cristina Goulão Ferreira, Rute Maria Elias Barroso Sampaio e Tiago Manuel Franco Barreira, para a carreira de Assistente Técnico, categoria de Assistente Técnico, para a 2.ª posição remuneratória e no 7.º nível remuneratório, a que corresponde a remuneração mensal de 789,54 euros.

Alexandra Conceição Varela Lopes, Ana Luísa Carolo Manso Reis, Ausenda Maria Mónica Santos, Carla Sofia Nogueira Duarte Rodrigues, Gabriela Maia Lucena, José Carlos Abegoanista Mourato, Maria Clotilde Brito Vicente, Maria Ema Penteado Costa Dias, Maria Fátima Azevedo Alves Pais Martins, Maria Fátima Coutinho Silva, Maria Manuela Doutor Cunha, Maria Paz Martins Ferreira, Marta Maria Oliveira Pedrosa Bolotinha, Pedro Daniel Morgado Costa, Rita Maria Ferreira Santinhos, Sónia Luzia Pires Russo Preto, Vera Lúcia Miranda Sousa e Vítor Gabriel Almeida Gonçalves, para a carreira de Assistente Técnico, categoria de Assistente Técnico, para a 1.ª posição remuneratória e no 5.º nível remuneratório, a que corresponde a remuneração mensal de 683,13 euros.

Adolfo Gomes Aguiar, para a carreira de Assistente Operacional, categoria de Encarregado Geral Operacional, para a 1.ª posição remuneratória e no 12.º nível remuneratório, a que corresponde a remuneração mensal de 1.047 euros.

António Rafael Pereira Gomes, João Fernando Almeida Cristóvão, José Manuel Almeida Braga, Paulo Jorge Santos Reis, para a carreira de Assistente Operacional, categoria de Encarregado Operacional, para a 2.ª posição remuneratória e no 9.º nível remuneratório, a que corresponde a remuneração mensal de 892,53 euros.

Ángela Maria Luís Cristóvão Silva, Francisco Manuel Silva Nunes, João António Santos Paulo, João António Sequeira Augusto, José Miguel Farinha Lourenço e Paulo Jorge Miranda, para a carreira de Assistente Operacional, categoria de Encarregado Operacional, para a 1.ª posição remuneratória e no 8.º nível remuneratório, a que corresponde a remuneração mensal de 837,60 euros.

Por subdelegação de competências, conferida pelo Despacho n.º 1-PM/2013, de 29 de outubro.

8 de março de 2017. — A Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Maria de Jesus Gomes*.

310336267

## MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA

### Aviso n.º 3467/2017

#### Retificação do Quadro de Benefícios Fiscais e Incentivos Financeiros das ARU

Eduardo Vítor Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, torna público, nos termos previstos do n.º 1 do artigo 13.º

do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que, por proposta da câmara municipal tomada por unanimidade em sessão pública da reunião realizada no dia 23 de janeiro de 2017, foi aprovada pela assembleia municipal por unanimidade, em sessão ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2017, a retificação do Quadro de Benefícios Fiscais e Incentivos Financeiros das Áreas de Reabilitação Urbana ‘Cidade de Gaia’, ‘Encostas do Douro’, ‘Aguda-Granja’, ‘Zona Central dos Carvalhos’, ‘Zona Industrial da Feiteira’, ‘Zona Industrial da Rechousa’ e ‘Zona Industrial da Rainha’, cuja delimitação foi aprovada pela Assembleia Municipal em 25 de fevereiro de 2016, conforme Aviso n.º 3874/2016 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 21 de março de 2016.

Mais torna público que o referido ato de aprovação da retificação do Quadro de Benefícios Fiscais e Incentivos Financeiros das Áreas de Reabilitação Urbana acima referidas pode ser consultado nas páginas eletrónicas do município ([www.cm-gaia.pt](http://www.cm-gaia.pt) e [www.gaiurb.pt](http://www.gaiurb.pt)).

O processo administrativo em causa encontra-se disponível para consulta dos interessados junto da Direção Municipal de Urbanismo e Ambiente, sita no Largo de Aljubarrota, n.º 13, entre as 9.00h e as 16.30h.

13 de março de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Eduardo Vítor Rodrigues*.

310339701

### Aviso n.º 3468/2017

#### Alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana «Cidade de Gaia»

Eduardo Vítor Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, torna público, nos termos previstos do n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que, por proposta da câmara municipal tomada por unanimidade em sessão pública da reunião realizada no dia 23 de janeiro de 2017, foi aprovada pela assembleia municipal por unanimidade, em sessão ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2017, a alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana ‘Cidade de Gaia’, por ajustamento ao novo limite da Área de Reabilitação Urbana ‘Centro Histórico’, e outra retificação, que havia sido aprovada pela Assembleia Municipal em 25 de fevereiro de 2016, conforme Aviso n.º 3874/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 21 de março de 2016.

Mais torna público que o referido ato de aprovação da alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana ‘Cidade de Gaia’ e outra retificação pode ser consultado nas páginas eletrónicas do município ([www.cm-gaia.pt](http://www.cm-gaia.pt) e [www.gaiurb.pt](http://www.gaiurb.pt)).

O processo administrativo em causa encontra-se disponível para consulta dos interessados junto da Direção Municipal de Urbanismo e Ambiente, sita no Largo de Aljubarrota, n.º 13, entre as 9.00h e as 16.30h.

13 de março de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, *Eduardo Vítor Rodrigues*.

310339686

### Aviso (extrato) n.º 3469/2017

#### Alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana «Centro Histórico» e respetiva Operação de Reabilitação Urbana

Eduardo Vítor Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, torna público, nos termos previstos do n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, que, por proposta da câmara municipal tomada por unanimidade em sessão pública da reunião realizada no dia 23 de janeiro de 2017, foi aprovada pela assembleia municipal por unanimidade, em sessão ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2017, a proposta de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana «Centro Histórico» e respetivo projeto da Operação de Reabilitação Urbana — programa estratégico, versões finais e relatório de ponderação da discussão pública, que havia sido aprovada pela assembleia municipal em 20 de novembro de 2013, conforme Aviso n.º 1360/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 30 de janeiro de 2014.

Mais torna público que o referido ato de aprovação da alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana «Centro Histórico» e da respetiva Operação de Reabilitação Urbana pode ser consultado nas páginas eletrónicas do município ([www.cm-gaia.pt](http://www.cm-gaia.pt) e [www.gaiurb.pt](http://www.gaiurb.pt)).